

“Brasil avançou ao expor repressão”

Especialistas ajudaram com suas experiências sobre arquivos na defesa dos direitos humanos

DA UNB AGÊNCIA

Em 2008 o mundo celebrou os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, comemorado no dia 10 de dezembro. Durante solenidades sobre o tema na sede da Unesco, em Paris, o Conselho Internacional de Arquivos lançou o relatório Políticas Arquivísticas para a defesa dos direitos humanos, documento elaborado sob responsabilidade do arquivista e pesquisador espanhol Antonio González Quintana. Atual chefe da Unidade de Arquivo do Conselho Consultivo da Comunidade de Madri, ele afirma que todos os arquivos públicos podem oferecer, nos procesos de transição política, informações relevantes para o desenvolvimento de políticas de depuração, reabilitação ou reparação.

— A política arquivística é uma ferramenta essencial na defesa dos direitos humanos — disse, completando com otimismo, que “o Brasil é um dos países que mais avançaram em relação aos arquivos da repressão.”

Quais são as principais conclusões do relatório (Políticas Arquivísticas para a defesa dos direitos humanos)?

— Primeiro, que é necessário conservar os documentos que testemunham as violências contra os direitos humanos. Segundo, que

>> Perfil

António González Quintana

Graduado em arquivística y documentación pelo Centro de Estudios Bibliográficos y Documentarios do Ministério da Cultura da Espanha, é o chefe da Unidad de Archivo del Consejo Consultivo de la Comunidad de Madrid.

esses documentos devem ser tratados profissionalmente por arquivistas e em instituições arquivísticas, gerais ou específicas, de acordo com cada caso. Constatamos, também, que todos os arquivos públicos, além daqueles catalogados como *arquivos da repressão*, podem oferecer, nos processos de transição política, informações relevantes para desenvolver políticas de depuração, reabilitação ou reparação. Ou seja, a política arquivística é uma ferramenta essencial na defesa dos direitos humanos.

Qual a situação do Brasil em relação às políticas arquivísticas e os direitos humanos?

— Na minha opinião, o Brasil é um dos países que mais avançaram em relação aos arquivos da repressão. Primeiro, com a atuação de diversos estados da federação e o tratamento

dos fundos dos Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e, no plano federal, com o recolhimento ao Arquivo Nacional do fundo documental do SIN (Serviço Nacional de Informação). Porém, o que eu mais destacaria como iniciativa positiva de política arquivística relacionada com direitos humanos é a criação do Centro de Referências sobre a Repressão, proposto pelo Conselho Nacional de Arquivos há alguns anos. Eu também gostaria de destacar o engajamento de um grande número de colegas brasileiros que têm contribuído com suas experiências e reflexões sobre os arquivos e seu papel na defesa dos direitos humanos.

Quanto e quais continentes e seus respectivos países foram contemplados na pesquisa?

— Em larga medida, quase todos os continentes, exceto a Oceania, embora a maior parte das informações refiram-se à Europa e à América Latina, cerca de 37 países. Os Estados Unidos também foram contemplados porque em seus arquivos encontramos fontes essenciais de informação sobre as violações dos direitos humanos. Países que ainda estão em conflito, como a Colômbia, também foram incluídos.

Como todo estudo da Unesco e do Conselho Internacional de Arquivos, quais são as recomendações do documento?

“
Todos os arquivos públicos podem oferecer informações relevantes para desenvolver políticas de depuração, reabilitação ou reparação

— Elas dividem-se em dois blocos. O primeiro é dirigido aos poderes públicos. Trata das ações que eles devem adotar para proteger e tornar acessíveis os documentos que testemunham as violações dos direitos humanos. Um segundo bloco é dirigido aos profissionais dos arquivos e à Arquivística, referente aos aspectos mais técnicos derivados do tratamento desses conjuntos documentais. Nestas últimas estão incluídas, como reflexões finais, as propostas de compromisso ético ao conjunto da profissão em torno da declaração expressa de nossa defesa dos direitos humanos. Essa aposta se concretizaria na elaboração de códigos de ética que possam pautar a atuação de todos os profissionais de arquivo.

O relatório é uma atualização de um outro, feito para a Unesco e o Conselho Internacional de Arquivos em 1995. Quais os

objetivos dos dois relatórios?

— Muitos dos aspectos destacados anteriormente permaneceram, incluindo todas as recomendações anteriores. Alguns dados, a legislação e a bibliografia foram atualizados e o âmbito da pesquisa, ampliado. O que era inicialmente um estudo para oferecer alternativas à conservação e tratamento dos documentos acumulados pelos órgãos de repressão, passou a ser um trabalho de análise não apenas dos arquivos dos serviços de “inteligência” ou dos órgãos que atuaram diretamente na repressão (prisões, tribunais especiais, exército, polícia...) mas também de outras fontes que são testemunhas da repressão.

Como foram organizadas as informações do relatório de 2008, isto é, qual foi o plano de trabalho e a metodologia adotada?

— Primeiramente fez-se uma atualização do que ocorreu entre 1995 e 2008 quanto às políticas de gestão do passado e a situação em matéria de arquivos para constatar a necessidade de ampliar aquele estudo, inicialmente restrito aos serviços de segurança e repressão. Em seguida passamos às recomendações e o trabalho se conclui com uma bibliografia especializada no assunto e uma lista da legislação atualizada em relação às políticas de gestão do passado e as políticas arquivísticas nas sociedades em transição.